

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DAS FAMÍLIAS BENEFICIADAS EM OCARA - CE.

Alexandre Cezar da Silva

João Batista Jacó do Nascimento

RESUMO:

O presente trabalho objetivou analisar as mudanças ocorridas no perfil das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, com ênfase na educação, ou seja, buscou-se analisar a relevância do Bolsa Família na vida de beneficiários desse programa e como essas mudanças tem refletido na vida escolar de crianças e adolescentes beneficiarias do programa, para tanto o trabalho trás um foco qualitativo, realizou-se um profundo levantamento bibliográfico e entrevistas semi-estruturadas, os resultados mostrou que o Programa o Bolsa Família ganhou grande relevância para essas famílias, que apresentam dependência para com o programa, que esta mudando o perfil sócio econômico dessas famílias e implementando um cuidado maior para com a educação.

PALAVRAS CHAVES:

Bolsa família; condicionalidades; educação; social.

ABSTRACT:

The present study aimed to analyze the changes in the profile of the beneficiaries of Bolsa Família Program, with emphasis on education, ie, we sought to examine the relevance of this program on the lives of beneficiaries of this program and how these changes have reflected on school life children and adolescents beneficiaries of the program for both work behind a qualitative focus, we performed a thorough literature review and semi-structured interviews, the results showed that the Bolsa Família program has gained great relevance to those families who have dependence on the program, which is changing the socio-economic profile of these families and implementing greater care to education.

KEYWORDS:

Family allowance; conditionalities; education; social.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil concentrou esforços no sentido de erradicar a pobreza extrema. Como “carro chefe” dessa empreitada criaram-se os programas de transferência direta de renda, para pessoas que se enquadram em um perfil preestabelecido denominado de pobreza e extrema pobreza, ficando os mesmos na obrigação de cumprir determinados condicionantes, com esse enfoque o Programa Bolsa Família surge como principal instrumento para o enfrentamento da pobreza no Brasil (FERREIRA: 2011).

Nessa perspectiva, ao transferir renda diretamente, as pessoas o Programa Bolsa Família, busca unir-se com políticas e programas do campo da saúde, educação, assistência social e trabalho, no sentido de interromper o círculo de perpetuação da pobreza e promover a emancipação social e econômica das famílias em situação de vulnerabilidade e risco, mediante o acesso a direitos fundamentais.

A realidade brasileira apresenta, em seu contexto socioeconômico, profundas desigualdades sociais. Existem famílias, tanto na zona rural, quanto na área urbana, que sofrem com os reflexos dessa disparidade. Os principais fatores que são observados~, consistem na falta de acesso a direitos básicos, como saúde e alimentação, bem como na ausência de capacitação profissional, decorrente do não-investimento em capital humano. Essa dificuldade no acesso às políticas sociais traz inúmeras conseqüências, dentre as quais se destacam o analfabetismo, o desemprego e a precariedade na saúde (MARMOT: 2007).

Nesse sentido é dever do Estado intervir por meio de políticas públicas, que reflitam historicamente a relação constituída entre os variados agentes sociais. Os programas de transferência de renda são um dos principais instrumentos para a transformação dessa realidade.

Segundo Ferreira (2011) a desconformidade na distribuição de renda causa repercussão em todos indicadores sociais, como educação, saúde profissionalização e desenvolvimento técnico-científico, sendo que a educação e a saúde são os mais prejudicados. O estudo de Marmot é ainda mais importante em relação à realidade brasileira. Nesse artigo, o autor expõe que o Programa Bolsa Família conseguiu reduzir o índice Gini¹ para 21% (MARMOT: 2007).

Segundo Vaitsman (1992), as desigualdades sociais resultam de microrrelações de poder no contexto da família e de outras instituições (escolas, serviços de saúde etc). A diversidade presente nas dimensões coletiva (sociocultural) e individual (genética, psíquica e subjetiva) complementa o quadro da desigualdade, que se reflete na estratificação social.

Nessa perspectiva o presente trabalho configurou-se como uma oportunidade de investigar, as transformações sócias decorrentes da implantação dessa política, principalmente no que tange a educação, pois na compreensão de inúmeros pesquisadores, a qual também compartilhamos a verdadeira transformação social passa obrigatoriamente pela educação. A educação não é capaz de transformar a sociedade, mas é capaz de transformar o homem e o por sua vez é capaz de transformar a sociedade, (FREIRE: 2006).

Em face do exposto de que a desigualdade social no Brasil se expressa pela desconformidades de renda e também pela desuniformidade na situação educacional, em relação a pobres e ricos e que, o modo de vida das pessoas, situações de violência, problemas de moradia e alimentação interferem na educação.

¹ Gini: coeficiente de medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Conrado Gini em 1912. É comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usado para qualquer distribuição. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/coeficiente-de-gini>).

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as mudanças ocorridas no perfil das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, com ênfase na educação, ou seja, buscamos analisar a relevância do Bolsa Família na vida de beneficiários desse programa e como essas mudanças tem refletido na vida escolar de crianças e adolescentes beneficiarias do programa.

Especificamente temos como objetivos e específicos:

A) Verificar o nível de compreensão por parte dos chefes de família com relação ao programa bolsa família e suas condicionalidades.

B) investigar a participação dos pais na vida educacional das crianças e adolescentes, cujas famílias são assistidas pelo Programa Bolsa Família.

C) destacar que a educação cumpre um papel fundamental na ruptura do clamado ciclo de pobreza

Neste sentido a presente pesquisa configura-se como uma oportunidade de se responder questionamentos do tipo: Como o cidadão inserido no Programa Bolsa Família compreende esse programa com suas condicionalidades, como esse programa tem mudado as vidas e o perfil das famílias e em que ponto esse programa mudou a vida dessas pessoas e de que modo as famílias atuam na vida escolar das crianças?

As respostas desses questionamentos são relevantes para o desenvolvimento estratégias capazes de superar o ciclo de pobreza, que infelizmente ainda impera em nosso país. O restante de nosso trabalho está organizado em 04 (quatro) seções, na próxima trazemos nosso referencial teórico, buscamos definir o que são os programas de transferência de renda, o histórico deste e a sua evolução ao longo do tempo, o Programa Bolsa Família no Brasil e no município de Ocara – CE, na terceira seção e sentamos a metodologia de nossa pesquisa, como foi realizada, na quarta seção apresentamos a análise de nossos dados, por fim apresentamos as nossas considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO.

2.1. OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: O BOLSA FAMÍLIA.

Programas de transferências condicionadas contra a pobreza são políticas sociais correntemente empregadas em várias partes do mundo para combater e reduzir a pobreza. No curto prazo objetivam aliviar os problemas decorrentes da situação de pobreza e, no longo prazo, investir no capital humano, interrompendo o ciclo intergeracional de pobreza e exploração (RAMON JUNIOR E FRANÇA: 2014).

Nestes últimos anos o governo brasileiro vem adotando políticas de transferência de renda para os mais pobres com objetivo de combater a pobreza. Esses programas se constituem um tipo de programa social, que se baliza na segurança social de renda, e estando na competência da Assistência Social, esses programas são operados por meio de sistema unificado de informações e gestão que engloba os diferentes Entes Federativos. O Cadastro Único ou CADUNICO é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. Conforme destaca o MDS (2014):

O Cadastro Único permite conhecer a realidade sócio econômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.

A partir dessas informações colhidas por esse instrumento é gerado um perfil das famílias que podem se enquadrar a um dado perfil pré estabelecido para assim terem direitos a vários benefícios como a inserção em taxas de concursos públicos e na Tarifa Social de Energia Elétrica, além de participar de programas como o telefone popular, entre outros nas três esferas administrativas. É válido destacar que a mais lembrada das finalidades do CAD único encontra-se na inserção das famílias nos programas de transferência de renda. Esses programas constituem como a transferência direta de renda as famílias, ou seja, as famílias têm acesso a um dado valor podendo usar esse valor para custear a sua alimentação, além de outra finalidade que assim o convirem.

Conforme destaca o MDS (2014) esses programas se constituem-se na concessão de bolsas/auxílios financeiros sob determinadas condicionalidades ou não, com a presença (ou não) de contrato de compromissos; e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho.

A concessão de bolsas auxílios é realizada por meio de Programas de Transferência de Renda, como: Programa Bolsa Família – PBF; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; o Projovem Adolescente; o Benefício de Prestação Continuada – BPC.

A transferência de renda como direito do cidadão institui-se com a Constituição Federal de 1988, quando trouxe nova concepção para a assistência social brasileira, Segundo Vale (2008):

É na segurança de sobrevivência, de rendimento, que o programa de transferência de renda se apoia como garantia de direitos. A segurança de rendimento, direito sócio assistencial, é a garantia de que todos tenham uma forma monetária de assegurar sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego, ou seja, devem ser assistidas todas aquelas pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Temos como principal programa de transferência de renda o Programa Bolsa Família. Instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, o Bolsa Família unificou os seguintes programas de transferência de renda do Governo Federal: Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação e Cartão-Alimentação. É considerado o maior programa de transferência de renda do mundo, por sua abrangência e pelos valores nele investidos tanto para a transferência como para a sua manutenção.

Os programas de transferência de renda e de modo especial o Programa Bolsa Família estão sendo continuamente analisados em suas diversas óticas, entretanto, percebe-se ainda que existem várias lacunas que merecem uma especial atenção.

2.2 - HISTÓRICO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Em meados de 1991, foi criado o Projeto de Lei n. 80/1991, de autoria do senador Eduardo Suplicy, propondo a Garantia de Renda Mínima (PGMR). O projeto previa uma complementação de renda dos indivíduos de mais de vinte e cinco anos que recebessem abaixo do teto legalmente estabelecido.

Ainda na década de 1990, é introduzida nos programas de transferência de renda a ideia de articulação de um projeto que aliasse educação à assistência social, por via de concessão de uma bolsa mensal às famílias que mantivessem seus filhos de sete a quatorze anos regularmente matriculados em instituições públicas de ensino.

Percebe-se, desta forma, que as discussões já apontavam para a argumentação da deficiência da formação educacional, como fator limitante para a elevação da renda de futuras gerações.

Algumas experiências que seguem essa concepção, foram iniciadas em 1995, em prefeituras municipais como Campinas, Ribeirão Preto e Santos, além de Brasília-DF, e em outros vários municípios e estados da Federação, influenciando, assim, à formulação de programas nacionais (LINHARES, 2005)

O elemento que qualificou o penúltimo ano do governo Fernando Henrique Cardoso, ano de 2001 foi à expansão e criação dos programas de iniciativa do Governo Federal, com destaque para o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, os quais foram implementados de forma descentralizada, no contexto municipal, alcançando a maioria dos municípios brasileiros (LINHARES: 2005)

Essa articulação de programas foi denominada de “grande rede nacional de proteção social”, composta por 12 deles, que têm como ponto central, a transferência de renda para os beneficiários, os quais são definidos com base em uma linha de pobreza (LINHARES: 2005).

O ano de 2003, primeiro ano do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, apontou para mudanças significativas no plano das políticas de transferência de renda de abrangência nacional. Ocorreu a unificação dos vários programas de transferência de renda instalados na gestão anterior, além da ampliação desses e do volume de recursos para esse programa, da unificação desses programas nasce o Programa Fome Zero.

Esse programa articula um conjunto de ações governamentais e não governamentais, em todas as esferas de governo, buscando a emancipação cidadã, a fim de que todos possam viver do fruto do próprio trabalho, bem como garante a dignidade da pessoa humana, fundamento do Estado Democrático de Direito brasileiro. O direito a uma alimentação adequada, a promoção da segurança alimentar e nutricional e a contributo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania, pela

parcela da população mais vulnerável à fome, são os objetivos primordiais do Programa (BRASIL: 2006).

Um dos principais elementos do Fome Zero é o Bolsa Família, um programa de transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza, com o cumprimento de condicionalidades da saúde e da educação. Para acompanhar o cumprimento dessas condicionalidades, foi criado o PAIF - Programa de Atenção Integral às Famílias, desenvolvido pelo Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.

Criado em 2003, a partir da lei nº 10.836, o PBF passou a integrar outras políticas sociais preexistentes (Programas Fome Zero Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás). O programa visa assistir domicílios em situação de pobreza e extrema pobreza e compostos por crianças com idade entre 0 e 15 anos ou gestantes. O benefício concedido varia de acordo com a situação socioeconômica e a composição do domicílio beneficiário: as famílias extremamente pobres recebem um benefício fixo de R\$70,00 por mês. Adicionalmente, concede-se um benefício variável de R\$32,00 mensais para cada criança com idade entre 0 e 15 anos, e R\$ 38,00 para jovens entre 16 a 18 anos, para o máximo de 05 variáveis.

O Programa Fome Zero configura-se como um conjunto de ações implantadas gradativamente pelo Governo Federal, que tem por principal objetivo promover ações para garantir segurança alimentar e nutricional aos brasileiros. As iniciativas envolvem todos os ministérios, as quatro esferas de governo (federal, distrital, estadual e municipal) e a sociedade, atacando as causas estruturais da pobreza, o que requer outro modelo de desenvolvimento, que crie condições para a superação da miséria (BRASIL, 2006).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS (2014):

As Condicionalidades são os compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social. (...) Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

Em continuidade com as ações e visando erradicar a pobreza extrema no Brasil é implantado, em junho de 2011, o Programa Brasil Sem Miséria com o objetivo de retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de R\$ 70 por mês.

Conforme destaca o MDS (2011), “Brasil sem Miséria consiste na ampliação do programa anterior de combate à pobreza do Governo Lula (conhecido por Bolsa Família)”.

Em fase disso, compreendemos que o Programa Bolsa Família constitui-se hoje na maior política de transferência condicional de renda existente no Brasil e provavelmente no mundo, seus impactos e resultados vão muito além do mero repasse de dinheiro, mas busca através de contrapartidas condicionais, romper com o ciclo, pernicioso e perverso de miséria e exploração. Seus que seus efeitos tendem a se expandir e extrapolar a outras áreas como economia e política.

2.3.0 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: DESIGUALDADE SOCIAL X EDUCAÇÃO.

Os programas de transferência de renda são considerados políticas públicas importantes para a diminuição da pobreza no Brasil. Entretanto conforme destaca alguns autores como Marinho, Linhares e Campelo (2011), o programa deveria estar mais intimamente ligada a estruturas que permitissem ao ingressante nesse programa adquirir ao longo de um determinado período as condições para sair, uma vez atingido um perfil ou condições que os possibilitassem viver sem a dependência desse repasse de renda. Parte disso se daria, na concepção desses autores com a inserção desses sujeitos em cursos profissionalizantes e a maior intensificação das condicionalidades do programa.

No contexto de persistência e agravamento dos problemas sociais, há uma exigência generalizada de se buscar estratégias para a solução efetiva da desigualdade social. Não obstante a necessidade de desenvolvimento econômico ser uma condição necessária para reduzir a pobreza e a desigualdade social, esta não constitui condição suficiente, porquanto é necessário observar a estrutura e a qualidade deste crescimento (KLIKSBURG, 2002).

Souza e Hespanhol (2011) em seu turno ressalta que:

O estabelecimento de condicionalidades faz com que o programa se constitua numa política de longo prazo, que visa proporcionar aos beneficiários as condições para a geração autônoma de renda no futuro, por meio do investimento em capital humano. Assim, além de buscar aliviar a pobreza no curto prazo por meio da transferência direta de renda, a política procura alterar estruturalmente a situação socioeconômica dos recipientes, ao tentar interromper o ciclo de perpetuação da pobreza

Investimentos combinados de educação e saúde têm potenciais muito elevados. Estimulam investimentos na educação e já se configura no parlamento a discussão sobre a necessidade de aumentar os investimentos na educação para a ordem de 10% do PIB, além disso as jazidas de petróleo na camada do chamado pré-sal, levou o congresso a aplicar cerca de 50 % do dinheiro provindo dos royalties do petróleo em educação ainda na concepção de Kliksberg (2002), ao melhorar a educação podemos perceber significativas mudanças:

Acrescendo três anos a mais de escolaridade básica, segundo dados do Banco Mundial, haveria uma redução de cerca de 15 por mil na mortalidade infantil. Estes anos significariam o incremento de seu capital educativo e isso lhes permitiria saber lidar melhor com problemas como gravidez na adolescência, planejamento familiar, pré-natal, cuidado com recém-nascido e gestão nutricional.

Silva, Brandão e Dalt (2010) citando Langoni lembram que “a Educação compõe o capital humano como o elemento fundamental para a qualificação individual dos trabalhadores, bem como de facilitação da realocação da força de trabalho nos setores mais produtivos da economia”.

No que se refere à Educação a contrapartida ao benefício da renda concedida às famílias pelo PBF compreende a matrícula das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola, a frequência mínima de 85% nas aulas a cada mês e a obrigatoriedade de informar ao gestor do Programa Bolsa Família qualquer mudança de escola. Regulamentada inicialmente pela Portaria Interministerial 3.789, de novembro de 2004, a definição dessas condicionalidades propõe a difícil missão de tentar romper com os ciclos de pobreza que marcam as gerações dessas famílias. Silvia, Brandão e Dalt (2010).

No seu preâmbulo, o texto legal preconiza a concretização do direito à Educação como elemento fundamental da inclusão social das famílias, compreendendo a educação escolar como condição da construção de conhecimento, da formação humana e da proteção social às crianças e adolescentes.

Ainda segundo Silva, Brandão e Dalt (2010):

A valorização da Educação pelas famílias pobres abrangidas por programas sociais de transferência de renda tem encontrado respaldo em alguns trabalhos desenvolvidos sobre o tema. Lavinias e Barbosa (2000), analisando o precursor Programa Bolsa-Escola no município de Recife, identificaram que o temor pela perda do benefício aparecia como o dado principal na redução da infrequência e evasão escolar entre crianças pobres nas escolas do município.

Hasenbalg (2003) “o capital social estabelece o contexto no qual o capital econômico e cultural dos pais é convertido em condições mais ou menos favoráveis à socialização das crianças, funcionando como um filtro para esses outros capitais.” Em outro véis, compreendemos que o capital social reflete diretamente na qualidade das relações existentes no ambiente das famílias, ou seja, um aumento na escolaridade tende a refletir na realidade educacional de todos os membros da família e, por conseguinte auxilia a ruptura nos ciclos de pobreza e miséria existentes.

É válido destacar que a simples relação entre grau de instrução de pais e o desempenho educacional de filhos, não pode ser direta e facilmente fundida conforme Lahire (1998), o que significa dizer que, assumir o grau de formação escolar como indicador do nível cultural das famílias pode, em alguns casos, ser temerário, na medida em que a quantificação em números não revela os aspectos mais minuciosos do cotidiano das famílias e tampouco consegue captar as *redes de relações* que se desenvolvem para além do ambiente familiar. Ou seja, filhos de pais sem instrução, ou com baixa escolaridade não vão necessariamente apresentar pouco interesse pelos estudos, ou freqüentarem a escola apenas por conta do incentivo financeiro. Nesse sentido o programa deve ser encarado como um mecanismo garantidor de condições mínimas para as crianças freqüentarem a sala de aula, o que em certo sentido também se estabelece como uma inverdade.

Destacamos a visão de Silvia, Brandão e Dalt (2010) que compreende a interseção de políticas educacionais e assistenciais de grande abrangência, como é o caso do programa Bolsa Família, que costuma se pautar mais por regras do que por exceções. Deste modo, como demonstram inúmeros trabalhos, é lógico a interpretação da escolaridade como indicador do nível cultural das famílias.

Nessa perspectiva, compreendemos a relevância desse programa ao auxiliar no acesso da população a direitos fundamentais, como educação e saúde e ao agir sobre esses determinantes sociais o Programa Bolsa Família consegue agir desde a célula básica da sociedade que a família até atingir o Estado como um todo.

2.4. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL.

Nos últimos 15 anos a concepção de programas de transferências condicionadas começou a ganhar força todo o mundo. Os primeiros países a adotarem esse tipo de política foi Bangladesh, México e Brasil. Seguido por diversos outros países da América Lática, atualmente a interesse de diversos países africanos em também implantarem políticas semelhantes (BRAMATTI: 2014).

Atualmente Existem programas similares na Turquia no Camboja e no Paquistão. A municipalidade de Nova York inaugurou, em 2007, um programa de transferência de renda com condicionalidades, que se inspira no programa brasileiro e no programa mexicano (BRAMATTI: 2014).

Conforme pode ser contatado o Programa Bolsa Família vem ganhando visibilidade por todo o mundo e configura-se como o principal programa de transferência de renda no mundo. Parte disso se deve a sua abrangência e ao sucesso.

O Bolsa Família é citado por alguns analistas como sendo um dos responsáveis pela redução do índice de miséria no Brasil, que caiu 27,7% entre 2002 e 2006. Em 2006, o Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgou um estudo mostrando que houve redução na população miserável do país entre 2003 e 2005. Outros motivos para redução da miséria no País têm sido a melhoria do mercado de trabalho, programas sociais como o Bolsa-Família e os ganhos reais dos salários mínimos (NERI: 2010).

Segundo dados do MDS (2014). O programa teve um alcance de mais de 50% da população em várias cidades brasileiras atingiram a meta prevista de cadastrar. Atingindo assim efeitos de grande proporção a nível local, regional e nacional.

A tabela a seguir mostra o total de recursos transferidos (transferência direta de renda as famílias em condições de pobreza e extrema pobreza Lei nº 10.836 de 2004 conforme o repasse dos últimos 10 anos).

Tabela 01-Total destinado à ação de Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei n 10836 de 2004).

Ano	Valor transferido
2004	R\$ 5.533.257.937,91
2005	R\$ 6.873.978.415,00
2006	R\$ 8.145.378.044,07
2007	R\$ 9.222.092.911,00
2008	R\$ 10.811.168.987,00
2009	R\$ 12.417.041.638,00
2010	R\$ 14.366.015.610,00
2011	R\$ 17.283.104.720,00
2012	R\$ 20.288.877.787,33
2013	R\$ 24.890.107.091,00

Fonte: Portal da Transparência² (2014).

As reações das instituições multilaterais ao Bolsa Família têm sido, geralmente, favoráveis. Recente relatório publicado pela OIT ressaltou a importância da manutenção e da ampliação do Bolsa Família para o Brasil e que este modelo deve ser seguido pelos outros países emergente como relevante estratégia para combater a crise econômica internacional (BRAMATTI: 2014).

2.5. O PROGRAMA BOLSA FAMILIA NO MUNICÍPIO DE OCARA – CE.

O município de Ocara possui uma população de 24.007 habitantes segundo o Censo Demográfico 2010³ e uma população estimada para 2013 em 24.829 (vinte e quatro mil oitocentas e vinte e nove) habitantes, distribuídos de maneira irregular em um território de 772 km² (setecentos e sessenta e dois quilômetros quadrados). Sendo 28,45% da população encontra-se em zona urbana e 71,55% em área rural.

Essa população rural sofre com a carência de emprego formal, sendo em sua maioria famílias de agricultores que dependem da situação da agricultura familiar ou de subsistência para a sobrevivência. Há de se registrar, ainda, que a agricultura familiar não se desenvolve adequadamente, pois a escassez de recursos hídricos impossibilita uma irrigação regular. A população tem acesso precário à água potável, tendo que se utilizar de chafarizes, de açudes, carros-pipa e cisternas. Ademais, ultrapassada a safra

² Portal da Transparência. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em 18 de abril de 2014.

³ IBGE. Ocara – CE. Disponível em <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 18 de abril de 2014.

do caju, as famílias enfrentam uma crise econômico-financeira, tendo que recorrer a benefícios eventuais.

No que se refere à questão da vulnerabilidade social, vale ressaltar que a estimativa de famílias pobres no município, de acordo com o perfil do Cadastro Único, é de 3593. Atualmente, 3.680 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, ou seja, o programa apresenta uma cobertura de mais de 100%.

Em 2013 o montante repassado aos favorecidos do município de Ocara – Ce, alcançaram um montante de R\$ 8.408.682,00 (oito milhões quatrocentos e oito mil, seiscentos e oitenta e dois reais), o que representa uma media de R\$ 190,00 (cento e noventa reais) mensais por família.

Esse montante de R\$ 8.408.682,00 (oito milhões quatrocentos e oito mil, seiscentos e oitenta e dois reais) representou cerca de 0,42% do total destinado aos favorecidos no Estado do Ceará. Esse valor também representa a segunda maior transferência de recurso para o município, cobrindo cerca de 20% do total de recursos transferidos pela união conforme a tabela seguinte:

Tabela 2- Repasses ao município de Ocara – CE em 2013.

Ação governamental	Total no ano (R\$)	Percentual
0033 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB .	7.630.894,22	19%
0045 - Fundo de Participação dos Municípios – FPM (CF, art.159)	12.505.292,08	31%
0033 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	7.630.894,22	6%
10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).	1.882.980,00	4%
8442 - Transferências de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	8.408.682,00	21%
Outros repasses	2.347.407,07	19%

Fonte: Portal da transparência (2014)

Conforme observamos em análise de valores e dados, registrados pelo Portal da Transparência e demonstrado a tabela a seguir, ao logo dos 10(dez) anos de sua implantação os valores e família atendidas pelo programa se ampliaram exponencialmente.

Tabela 3-Evolução dos valores repassados pela Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Bolsa Família), do número de Família beneficiadas e do valor médio dos benefícios ao logo da primeira década do Programa.

Ano	Valor do repasse ao município de Ocara durante o ano.	Número de beneficiários	Numero de família beneficiadas	Valor médio dos benefícios por família.
2004	R\$ 2.422.570,00	4123	2312	R\$ 97,92
2005	R\$ 2.793.320,00	4581	2419	R\$ 96,46
2006	R\$ 3.070.154,00	4615	2440	R\$ 114,22
2007	R\$ 3.287.368,00	4141	2518	R\$ 108,79
2008	R\$ 3.964.377,00	4198	2768	R\$ 119,35
2009	R\$ 4.030.797,00	3915	2805	R\$ 119,75
2010	R\$ 4.119.256,00	3630	2821	R\$ 121,68
2011	R\$ 4.837.466,00	4212	3052	R\$ 132,08
2012	R\$ 5.989.924,00	4550	3312	R\$ 150,72
2013	R\$ 8.408.682,00	5034	3680	R\$ 190,41

Fonte: portal da transparência e SIGPBF/ CECAD⁴ (2014)

Com base no que foi pesquisado, percebe-se que o aumento dos repasses supera os 347% enquanto o número de famílias beneficiarias aumentou mais de 159% ao longo desses 10 anos, o que nos faz perceber não só uma maior ampliação dos efeitos do Programa Bolsa Família, junto as famílias, mas uma maior autonomia das famílias e um impulso dentro da economia local.

Nos primeiros meses de 2014 o Programa Bolsa Família em Ocara – CE, contemplou 4.054 (quatro mil e cinquenta e quatro) família segundo o Censo Demográfico (2010), há em Ocara 6.804 (seis mil oitocentas e quatro) núcleos familiares, o que rende uma media 59,5% das famílias ocarenses beneficiadas pelo programa. Em media as famílias são compostas por 3,26 moradores o que dá um valor próximo dos 3,5 moradores do Censo Populacional de 2010, que avalia a população como um todo.

No que tange a população no que diz respeito ao sexo percebemos uma pequena variação conforme a tabela a seguir.

Tabela 4-Percentual de homens e mulheres beneficiados com o Programa Bolsa família.

Sexo	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Masculino	49,2%	0,0%	49,2%
Feminino	0,0%	50,8%	50,8%
Total	49,2%	50,8%	100,00%

⁴ CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico.

Fonte: CECAD (2014).

Ainda com relação às famílias percebe-se com relação auto declaração da cor da pele uma predominância da cor ou raça parda, conforme a tabela abaixo.

Tabela 5-Percentual de homens e mulheres beneficiados com o Programa Bolsa Família com base na auto-declaração de cor ou raça

Cor ou raça	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Branca	2,3%	2,9%	5,2%
Preta	1,2%	1,1%	2,3%
Amarela	0,0%	0,1%	0,1%
Parda	45,1%	46,3%	91,4%
Indígena	0,0%	0,1%	0,1%
Sem Resposta	0,5%	0,3%	0,8%
Total	49,2%	50,8%	100,0%

Fonte: CECAD (2014).

No que tange as pessoas responsáveis pelo benefício percebe-se uma superioridade feminina, pois as mesmas são responsáveis por 91,2% do total contra 8,8% responsáveis masculinos pelo benefício.

Tabela 6-Percentual de homens e mulheres beneficiados com o Programa Bolsa família, responsáveis pelo benefício.

Responsável pelo benefício	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Masculino	8,8%	0,0%	8,8%
Feminino	0,0%	91,2%	91,2%
Total	8,8%	91,2%	100,00%

Fonte: CECAD (2014).

Com relação a faixa etárias dos responsáveis percebe-se que há uma grande variação conforme a tabela abaixo.

Tabela 7-Responsável pelo benefício por faixa etária

Entre 0 e 17 anos.	Entre 18 e 24 anos	Entre 25 e 34 anos	Entre 35 e 39 anos	Entre 40 e 44 anos	Entre 45 a 54 anos	Entre 55 a 59	Mais de 60 anos
0%	11,0%	26,0%	13,0%	12,0%	20,0%	7,0%	11,0%

Fonte: CECAD (2014).

No que concerne o grau de instrução dos responsáveis pelo Programa Bolsa Família, percebe-se que a maioria dos responsáveis possui baixa instrução conforme dados da tabela abaixo:

Tabela 8-Grau de instrução do responsável pelo benefício

Sem instrução.	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior Incompleto ou mais
19%	46%	11%	6%	17%	1%

Fonte: CECAD (2014).

Os dados levantados através das fontes oficiais de informação permitiram formular um perfil dos beneficiários do Programa Bolsa família em Ocara – CE, esse perfil, nos servil de base para a análise de nossa pesquisa.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

O estudo aqui realizado teve prioritariamente uma abordagem qualitativa e, em alguns momentos, foi dado um tratamento quantitativo. a abordagem qualitativa, Para Neves (1996) a abordagem qualitativa, “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”. Primeiramente foi realizado a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, complementada por informações e entrevistas pessoais com roteiro semiestruturado.

Este trabalho é uma pesquisa exploratória que visa a prover o pesquisador de maior conhecimento sobre o assunto.

Segundo Mattar (p. 84), a pesquisa exploratória é apropriada para os primeiros estágios de investigação quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são, geralmente, insuficientes ou inexistentes. As pesquisa exploratória também pode ser usada como um passo inicial de um processo contínuo de pesquisa.

Nessa perspectiva o presente trabalho, foi desenvolvido em etapas, as quais contaram o levantamento e seleção bibliográfica, em seguida procedeu-se o levantamento da amostragem de nossa pesquisa, a qual teve como campo empírico o município de Ocara, que está localizada a 100 km da capital, Fortaleza, ocupando lugar de grande importância no maciço de Baturité. É válido destacar que esse município possui características semelhante a grande parte do municípios brasileiros, os quais possuem grande dificuldade na geração de emprego e renda, além de praticamente não terem arrecadação e recursos próprios e ficarem dependentes de repasses da União e do estado.

Para se conseguir uma melhor aproximação com o objeto de pesquisa, foram realizadas entrevistas semiabertas, com roteiros semiestruturados, com os beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Ocara- CE. Esse tipo de entrevista conforme afirma Trivinos (1990) "parte de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante".

No que tange as entrevistas com roteiro semi estruturado Trivinos (1990) lembra ainda que esse tipo de entrevista com roteiro semi estruturado é útil para obtenção de informação qualitativa e opiniões relevantes, pois permite uma aproximação maior do entrevistador com o sujeito entrevistado, quebrando barreiras da formalidade e gerar um diálogo mais franco e aberto.

A pesquisa caracteriza-se como pesquisa por conveniência, qualificada e exploratória. Segundo Malhotra (2011) as técnicas de amostragem não probabilísticas são utilizadas quando não se conhece a probabilidade de um elemento da população ser escolhido para participar da amostra. Esse viés de pesquisa pode ser utilizado para destacar características e elementos que refletem, duvidas indagações, perspectivas que merecem ser ressaltadas.

Na concepção de Vasconcelos et al. (2014) a amostragem não Probabilística por conveniência ou acidental:

É adequada e freqüentemente utilizada para geração de idéias em pesquisas exploratórias. É empregada quando se deseja obter informações de maneira rápida e barata. É o pesquisador quem define quais as unidades que são convenientes para a pesquisa. Este método é utilizado, geralmente, em pesquisas de opinião, em que os entrevistados são acidentalmente escolhidos é possível recrutar elementos para a amostra tais como; estudantes em sala de aula, mulheres no shopping, alguns amigos e vizinhos, pesquisas de opinião em praças públicas ou em ruas movimentadas de grandes cidades, etc.

Para o presente trabalho, foram entrevistadas no período de 17 a 27 de abril, 10 (dez) famílias que mora em áreas rurais, localizadas no interior do município de Ocara – CE e também em áreas urbanas foi realizada uma abordagem direta e no interior da própria residência.

O presente trabalho se caracteriza como pesquisa exploratória no sentido de examinar uma dada característica, no caso a ação do Programa Bolsa Família na vida de seus beneficiários e de modo mais específico, na vida escolar das crianças dessas famílias.

Santos (2012) por sua vez. lembra que, o objetivo de uma pesquisa exploratória é possibilitar uma familiarização com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Ao final de uma pesquisa exploratória, é possível conhecer mais sobre aquele assunto, e estará apto a construir hipóteses. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do explorador.

Para Malhotra (2011):

A pesquisa exploratória depende muito da curiosidade e da percepção do pesquisador, Essa pesquisa é mais como um processo de descoberta informal, embora as habilidades do pesquisador não sejam as únicas determinantes de uma pesquisa exploratória de qualidade.

Desse modo compreende-se que a pesquisa exploratória dá a possibilidade de formular ou definir um problema, de identificar cursos alternativos de ação, desenvolver hipóteses, além de permitir isolar variáveis-chaves, para novas descobertas.

4. ANALISE DOS DADOS.

A partir das entrevistas realizadas, pode-se verificar que, 100%, eram os titulares do benefício. Deste montante 100% dos entrevistados são mulheres. Esse fato vai em consonância com a parcela de mulheres que são titulares do benefício, que representam 91,2%, dos titulares ou responsáveis pelo benefício conforme o CADUNICO – CECAD(2014). A idade média dos entrevistados é de 32 anos, o que também está em consonância com os dados do CADUNICO.

Do montante dos entrevistados 10%, afirmaram não serem alfabetizados, 70% afirmaram possuir como grau de instrução o fundamental incompleto e outros 20% possuem o fundamental completo.

Tabela 1- Auto declaração do nível de instrução dos entrevistados

Sem instrução. Não alfabetizado	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior Incompleto ou mais
10%	70%	20%	-	-	-

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Conforme os dados coletados através das entrevistas havia 2,6% indivíduos com idade escolar em cada unidade familiar. Conforme a tabela abaixo:

Tabela 2- Número de indivíduos em idade escolar ⁵ (04 a 17 anos) por domicílio

Família	Número de indivíduos em idade escolar por domicílio
Família 01	03
Família02	02
Família03	03
Família04	04
Família05	02
Família06	03
Família07	01
Família08	04
Família09	03
Família10	01

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014.

Em 40% dos domicílios visitados e entrevistados pai e mãe são responsáveis pelo provimento de recursos para casa, nos demais 60% apenas o pai é o único responsável em prover o sustento da casa, nesse índice não contabilizamos os recursos provenientes do Programa Bolsa Família que possuem as mulheres (mães), como as grandes responsáveis pelo recebimento e gestão desse recurso. Outro ponto relevante é que todos os entrevistados possuem na agricultura familiar a principal fonte de subsistência, podendo trabalhar em entressafra em trabalhos esporádicos, como construção civil ou para outros agricultores.

Todos os entrevistados (100%) afirmaram residir em moradia própria. Em média recebem o benefício há 05 (cinco) anos, e declararam balizados na média e incluídos o rendimento com o Programa Bolsa Família, possuem renda mensal de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais).

⁵ Conforme a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 4º (...) I-educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade (...).

Tabela 3-Renda mensal por família.

Família	Renda mensal (R\$)
Família 01	510,00
Família02	420,00
Família03	500,00
Família04	420,00
Família05	520,00
Família06	600,00
Família07	410,00
Família08	400,00
Família09	320,00
Família10	500,00

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014

É válido destacar que todas as famílias se enquadram na chamada extrema pobreza, com rendimentos mensais por pessoa de até R\$70,00 (setenta reais), o que permite que elas tenham direito ao benefício básico e as variáveis a de 0 a 15 anos de R\$32,00 (trinta e dois reais), a variável vinculada ao adolescente de R\$ 38,00 (trinta e oito reais), e o benefício variável para a superação da pobreza que é calculado sobre a renda mensal por pessoa.

Conforme foi questionado nas entrevistas, a cerca do período de entrada dos beneficiados no programa, ficou claro que a maioria não tem certeza do ingresso no programa, conforme se percebe com a entrevistada nº 01, “Bem, não me lembro quando foi, foi no tempo que eu tava de resguardo⁶”, mas em média as famílias foram inseridas há 05(cinco), verifica-se que esse foi um período de expectativas, conforme a entrevistada nº 02 “todo mundo tava dando o nome e eu e a minha irmã fomos lá dá o nome, esperamos um tempo com esperança e deu certo”.

Conforme foi solicitado aos entrevistados, que descrevessem suas vidas e de suas famílias antes do Programa Bolsa Família. Perceberam-se mudanças significativas, conforme descrevem alguns dos entrevistados, antes desse período, viviam dependentes de pais e mães e sogros, boa parte de nossos entrevistados eram inclusive meeiros de seus parentes, conforme verifica-se com a entrevista nº03 “Viche no tempo eu morara no pai, não morava numa casinha que o pai fez encostado, nos trabaiava pra ele e pra nós também”. Todas as famílias alegam que na época anterior a entrada no programa tiveram dificuldades na aquisição de gêneros alimentícios, ficando sujeitas as variações da safras. “Vichi tinha dia que num dava pra compra nada, porque não tinha dinheiro nem credito né (...).” (Entrevistada nº 04).

A composição familiar também sofreu mudanças em 80% das casas entrevistadas, a família cresceu após a entrada da família no programa conforme mostra

⁶ Período de pós-natal.

a tabela abaixo:Tabela 4- Número de filhos das famílias no antes e depois da entrada no Programa Bolsa Família.

Família	Número de filhos antes	Número de filhos depois na data da pesquisa
Família 01	01	03
Família02	01	02
Família03	02	03
Família04	01	04
Família05	02	02
Família06	01	03
Família07	01	01
Família08	01	04
Família09	01	03
Família10	01	01

Fonte: Elaborada pelo autor, 2014

Outro dado relevante da presente pesquisa mostra que a totalidade das famílias possuíam crianças em idade escolar e que 100% já freqüentavam a escola antes mesmos de se inserirem no programa.

Questionou-se sobre quais eram as principais fontes de renda no período. 80% afirmaram que a agricultura era a principal fonte de renda e 20% alegaram que antes desse período obtinham o sustento de serviços esporádicos, principalmente na construção civil, “As vezes dava certo para o homem, fazer um dia de pedreiro, que ele sabe fazer tudo num sabe!”.

Questionamos a respeito das mudanças após a entrada no Programa Bolsa Família com relação a alimentação: todos os entrevistados afirmados que o programa auxilia na alimentação, através deste passaram a adquirir um maior número de alimentos, como carnes, cereais, frutas e verduras.

Com relação à saúde nenhum entrevistado afirmou utilizar desses recursos para aquisição de remédios ou tratamentos, e quando necessário buscam a Unidade Básica de Saúde e o hospital local.

Com relação a aquisição de bens materiais todos os entrevistados afirmaram não utilizar desses recursos para a aquisição direta de bens conforme, podemos destacar através da declaração da entrevistada nº 06 “Não aqui a gente só compra o de comer, tem gente qui quer luxar né, num sabe que esse dinheiro é só pra comida”. Mas durante esse período de entrada no programa aos dias de hoje, ele afirmaram da aquisição de bens: 40% adquiriram ou trocaram o aparelho de televisão, 20% adquiriram ou trocaram

a geladeira e 30% adquiriram ou trocaram o fogão, 20% adquiriram computador nesse período, não foram questionados outros bens.

Questionou-se a respeito do uso de recursos provenientes do Bolsa Família na educação? Todos os entrevistados afirmaram utilizar esses na educação, seja, na aquisição de material escolar 100%, na aquisição de fardamento 80%, ou ainda, na aquisição de alimentos que eram consumido no intervalo das aulas 10%. Conforme constatamos na entrevista de nº 5, “o dinheiro né dos minino né? Então agente compra os caderno, a farda, é só quebra a chinela que eles vem pedir outra”.

Questionamos a respeito do uso dos recursos do Programa Bolsa Família para outras finalidades como pagamento de água e energia? Do total apenas 20% do total afirmaram usar dos recursos para pagar a conta de energia.

Em seguida foi questionado, a todos os entrevistados a respeito de como eles avaliavam o Programa Bolsa Família. Todos foram unânimes em afirmar a importância do programa para as suas vidas. Conforme pode-se constatar através dos vários discursos entrevista 07 “É muito bom, é um dinheiro certo que a gente tem né, ai o homem e mermo os minino daqui já confia, sabe né que a gente tem aquele dinheiro pra pagar, agente fica até mais aliviado, né”. Na entrevista 08 “É bom, se não force ele eu não sei o que era de nos não”. Na entrevista 09 “É bom, é ótimo é um dinheiro certo que a gente tem”.

Questionou-se se havia alguma coisa que deve-se mudar: apenas 10% afirmaram que deveria se ampliar os valores pagos. Entrevista nº 5 “Se aumentar-se o valor melhorava”. Outros 10% não souberam responder, “Num sei não!”(entrevista nº 02). Para 80% o programa está bom respondendo as expectativas não indicando mudanças. “Ta bom assim melhor estraga.” (Entrevista nº 08).

Foi perguntado em seguida quais foram os principais benefícios trazidos pelo Programa Bolsa Família: Foram listados vários benefícios como, por exemplo, o aumento do crédito citado por 70%, “quem viu pobre compra fiado né(...)” (entrevista nº 03), a melhoria na alimentação citado por 40% “(...) deu pra comprar uma carniha né” (entrevista nº 06). 30% lembraram a questão da certeza do pagamento o que dar certa segurança financeira “é um dinheiro certo, a gente tem mais segurança” (entrevista nº 05). Além de 10% dos entrevistados destacaram a questão da emancipação que o Bolsa Família trás para as mulheres. “quem já viu né mulher com dinheiro(...)” (entrevista nº 01).

Perguntou-se em seguida a respeito do analfabetismo, ou seja, as faltas de instrução em membros das famílias, através de nossas entrevistas chegaram a um montante de 5,8% dos membros da família.

Ao serem questionados sobre a presença do trabalho infantil, nas famílias entrevistadas, nenhum dos entrevistados 100% reconhece a presença do trabalho infantil, mesmo destacando que algumas crianças ajudam nas tarefas de casa. Conforme entrevista nº 01 “A minha moça as vezes ajuda aqui em casa (...)”. Questionamos em seguida se havia crianças na faixa etária de 06 a 14 anos fora da escola todos os entrevistados, 100% afirmaram que não todas as crianças nessa faixa etária estão na escola.

Foi perguntado em seguida se a família acompanha a vida escolar das crianças. Nesse questionamento 100% afirmaram que acompanhavam a vida escolar das crianças. “Sim! a gente acompanha visita a escola, vai às reuniões” (entrevista nº06). Perguntamos como é seu o(s) filho(s) na escola? 80% afirmaram que o(s) filho(s), tem bom comportamento e boas notas. “São bons filhos, nunca tive reclamações de nenhuma” (entrevista nº 10). Outros 20% afirmaram que o(s) filho(s), tem comportamento não adequado “(...) ele as vezes me da trabai pra ir pra escola. (entrevista nº 09).

Questionou-se ainda se os filhos tem conhecimento da necessidade de frequentar as aulas para a permanência do programa. Todos os entrevistados (100%) declararam que os filhos tem conhecimento da necessidade de frequentar as aulas. “Sim, eles sabem que não podem faltar” (entrevista nº 01).

Foi perguntado ainda se a família já sofreu alguma sanção no benefício e qual foi o motivo dessa sanção? 10% afirmaram que sim e por conta da frequência escolar da criança.

Por fim, foi perguntado a respeito de como a família se prepara para caso haja uma suspensão do programa bolsa família? 20% afirmaram se preparar guardando um pouco dos recursos o restante 80% afirmaram não tomar nenhuma providencia conforme destacamos: “Sinceramente eu não sei ia ser meio ruim de isso acontecer-se”. (entrevista nº 04). “Viche ía ser ruim, mas passava a gente tá velho sem esse dinheiro né”. (entrevista nº 07). “Sei não era viver da misericórdia mesmo né, que nem os invernos presta mais” (entrevista 08).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como eixo central analisar as mudanças ocorridas no perfil das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, com ênfase na educação e na vida escolar das crianças e adolescentes inseridos. Para tanto se buscou caracterizar o perfil socioeconômico dos núcleos familiares inseridos no programa, além de ser verificado o nível de compreensão por parte dos chefes de família com relação ao mesmo e suas condicionalidades, por fim investigou-se a participação dos pais na vida educacional das crianças e adolescentes, cujas famílias são assistidas pelo Programa Bolsa Família.

O perfil das famílias entrevistadas, está em consonância com o perfil necessário para a entrada e permanência dessas famílias no programa, por possuírem renda média inferior a R\$ 70,00 (setenta reais por pessoa) e permitindo, conforme a literatura consultada, a inserção dessas famílias no Programa Bolsa Família. O fato das mulheres estarem responsáveis pelo benefício, conforme foi constatado, demonstra que o Programa permitiu, uma maior atribuição da mulher, passando essa a possuir um maior protagonismo dentro de seu lar conforme destaca Vale (2008).

As realidades encontradas, as quais se mostraram em muitos aspectos semelhantes em todas as famílias pesquisadas, mostra um aumento das famílias com relação ao número de filho, 80% das famílias pesquisadas aumentaram de tamanho desde a entrada no programa, mesmo assim, foi possível perceber melhorias no perfil econômico e um maior acesso por parte de nossos sujeitos aos direitos básicos como alimentação, todos foram unânimes em afirmar que antes do programa encontravam mais dificuldades na aquisição de uma maior variedade de gêneros alimentícios.

Outro aspecto relevante no que diz respeito às mudanças no perfil econômico está no aumento do crédito dos beneficiários do programa. Esses passaram até maior segurança para comprar a prazo conforme foi constatado por meio das entrevistas.

A análise feita dos depoimentos dos entrevistados sobre o momento anterior ao Bolsa Família e a atualidade tornou possível responder o questionamento sobre como o programa Bolsa família mudou a vida das famílias beneficiadas.

Foi possível perceber que o Programa trouxe mudanças significativas para a vida das famílias, mesmo o dinheiro sendo utilizado em sua maior parte para a questão da alimentação, todas as famílias haviam adquirido outros bens como geladeira, televisão, parabólicas, computadores, etc. o que faz perceber que as mudanças no perfil socioeconômico desses sujeitos, além disso, permitiu a inserção desses sujeitos no mercado consumidor, conforme destaca autores como Bramatti (2014) ao lembrar que o Bolsa Família, tem o poder de incentivar a economia local e regional, tornando-se assim um importante instrumento de enfrentamento as crises financeiras.

No que tange as condicionalidades do Programa, percebeu-se que as famílias compreendem, ainda que de forma superficial a necessidade de se cumprir as condições para sua permanência no programa, principalmente no que tange aos condicionantes de educação, em que, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga

horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75% (MDS: 2014).

Além disso, todas as famílias afirmaram que os filhos têm conhecimento, a cerca das condicionalidades a questão da frequência é um dos quesitos destas condicionalidades, esse fato juntamente com a afirmação de participarem da vida escolar dos filhos através da participação em reuniões de pais e mestre, através das visitas as escolas, responde a inquietação, sobre o modo das famílias inseridas no programa no acompanhamento da vida escolar das crianças.

Desse modo compreende-se que mesmo os responsáveis pelo benefício possuem baixa instrução, 10% declaram-se sem instrução ou analfabetos, e 70% não terem concluído o ensino fundamental, não implica no distanciamento desses sujeitos da vida escolar de seus filhos e mesmo no fato de haver algum tipo de restrição ou resistência em enviar os filhos a escola, pois conforme foi verificado, através de questionamentos, mesmo antes da inserção nesse programa as famílias possuíam o cuidado de enviar as crianças a escola. Essa perspectiva reafirma a convicção de Vale (2008) e do MDS (2014) de que o Bolsa Família reafirma e garante direitos básicos, como a educação.

Diante disso, foi possível concluir, que a maior motivação para o cumprimento das condicionalidades não está no temor de sofrer sanções no benefício, mas sim na visão que esses indivíduos construíram sobre a importância da educação. O que está em consonância com o discurso de Silva, Brandão e Dalt (2010), no que compreende a educação enquanto elemento fundamento para a formação de capital humano.

No que tange o questionamento sobre como o cidadão inserido no Programa Bolsa Família compreende esse programa. Percebeu-se que eles ainda enxergam esse direito como “um favor”, 90% não destacaram nenhum ponto a ser mudado encontra partida 10% destacaram apenas a questão do valor por considerá-lo insuficiente, além disso, os entrevistados avaliaram como ótima e destacando como esse programa mudou suas vidas. Conforme ressalta Vale (2009), o cidadão ainda tem dificuldades em enxergar a conquista de direitos vivendo ainda preso a questão do assistencialismo.

Um dado relevante da presente pesquisa mostra que as famílias não possuem preocupação com a saída do programa, pois apenas 20% afirmaram guardar algum dinheiro para eventualidades, isso revela que os cidadãos inseridos nesse programa compreendem o mesmo como algo permanente sem demonstrar perspectiva da superação da situação que a inserção nesse programa. Esse dado vai em consonância com Marinho, Linhares e Campelo (2011), que destacam a necessidade de ações e/ou políticas complementares com vista a retirar os sujeitos da dependência desse programa, para Vale (2009) “o Bolsa Família tomou grande importância para essas famílias, cuja dependência do programa é visível, numa demonstração de que até agora não se encontrou o caminho para a sua emancipação como sujeitos de direitos”.

Percebe-se que a presente pesquisa foi importante para se compreender o alcance do Programa Bolsa Família no âmbito das condições de vida das famílias beneficiárias, levando à compreensão de que os benefícios por ele promovidos são significativos para a promoção da educação, bem como para outros direitos e aspectos de sua situação sócio-econômica.

No decurso do estudo surgiram outras indagações relevantes relacionadas ao programa, como por exemplo, a relação do Programa com o aumento ou redução da taxa de desemprego, a necessidade ou não da imposição de condicionalidades para que as famílias busquem acesso a direitos como a educação e a saúde.

Com base no que foi exposto, percebe-se que o Programa o Bolsa Família o tamanho pequeno da amostragem limitações e tempo curto nos deu para percebermos a grande relevância para essas famílias, que apresentam dependência para com o programa, numa demonstração de que até agora não se encontrou o caminho para a sua emancipação como sujeitos de direitos.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Constituição (1988)**. Contribuição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL, LOAS – **Lei Orgânica da Assistência Social** – Lei 8.742. 07 de dezembro de 1993.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/CASA CIVIL. **Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Publicado no DOU de 05 de abril de 2013.

BRASIL, Orientações **para o Acompanhamento das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família no Âmbito do Sistema único de Assistência Social (SUAS)**: 2006.

BRAMATTI, Daniel. **Banco Mundial vê Bolsa Família como modelo**. Disponível em <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1906421-EI6578,00.html>>. Acesso em 20 de março de 2014.

CECAD – **Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico. Ceará Ocara**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/index.php>>. Acesso em 12 de abril de 2014

FERREIRA, Jean Luiz. **A renda e o Social: O Programa Bolsa Família**. Maranguape – CE. Monografia apresentada para obtenção do título de especialista: Secretaria de pós – Graduação e pesquisa, Faculdade Kurios, 2011.

FREIRE, Paulo. O compromisso do profissional com a sociedade. In. Educação e Mudança, Rio de Janeiro –RJ: Editora Paz e Terra, 1981.

HASENBLG, Carlos. Alfredo. A distribuição de recursos nas famílias. In. _____ e SILVA, Nelson do Valle (org). **Desigualdade social ao longo da vida**. IUPERJ/UCAM, 2003. PP 480.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Ocara – CE**. Disponível em <www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 de abril de 2014.

KLIKSBERG, Bernardo. **Repensando o Estado para o Desenvolvimento Social: superando dogmas e convencionalismos/** Bernardo Kliksberg; tradutor Joaquim Osório Pires da Silva – 2 ed. – São Paulo, Cortez, 2002. – Coleção Questões da Nossa Época; vol. 64).

LAHIRE, Bernard. **Sucesso Escolar nos meios populares**. São Paulo: Atica, 1998.

LINHARES, F. **Bolsa família: um novo arranjo para os programas de transferência de renda no Brasil**. Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – UFF, Niterói.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: foco na decisão – 3ª Ed**. São Paulo, Pegasus Prentice Hall, 2011. PP 491.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabricio and CAMPELO, Guaracyane. **Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?**. *Rev. Bras. Econ.* [online]. 2011, vol.65, n.3, pp. 267-288. ISSN 0034-7140.

MARMOT Michael. “**Achieving health equity: from root causes to fair**” .*Lancet* Vol. 370 September 29, 2007, pp. 1153-1163.

MARTINS, José de Sousa. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, Vozes, 2002.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Cadastro Único**. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>> Acesso em: 18 de abril de 2014..

NERI, Marcelo Cortês (coord.). **A nova Classe Média o lado brilhante da base da pirâmide.** Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf>. Acesso em 20 de março de 2014.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa** – características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração, São Paulo. V.1, Nº 3, 2º sem. 1996.

PEREIRA, Luclecia Luiz; et al. Efeitos **do Programa Bolsa família nas condições de vida de beneficiários em municípios de muito baixo IDH.** Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/33M.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2014.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Bolsa Família** por exercício de 2003 a 2014. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em 18 de abril de 2014.

RAMON JUNIO, Sampaio da Costa e FRANÇA, Maria do Socorro Sampaio de. **Preparatório concurso Caixa Econômica Federal 2014.** Disponível em <books.google.com.br/books?id=UR4DAgAAQBAJ>. Acesso em 18 de abril de 2014.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa.** Campinas: Papyrus, 1994.

SANTOS, Clemente Vasconcelos dos. Compreendendo a pesquisa. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/paper/viewFile/456/>>. Acesso em 10 de abril de 2014.

SILVA, Anderson Paulino da; BRANDÃO, André; DALT, Salete. **Educação e Pobreza: o impacto das condicionalidades do Programa Bolsa Família.** Disponível em <http://www.educacao.ufrj.br/artigos/n8/numero8-05_educacao_e_pobreza_o_impacto_das_condicionalidades_do_programa_bolsa_familia.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2014.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política e transferência de renda no Brasil.** Ciência Saúde Coletiva v. 12 n. 6 Rio de Janeiro nov/dez 2007.

SOUZA, Sérgio Pereira de e HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. As políticas de inclusão social: o caso da bolsa Família no território da cidadania do pontal do Paranapanema *in. Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, 2011- Costa RicaII Semestre 2011. pp. 1-20. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/3116/2976>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

SUPLICY, Eduardo M. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. 2. ed. Rev. São Paulo: Cortez: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Projeto de lei nº 80/1991**. Diário do Congresso Nacional, Brasília DF, 05 de março de 1991. Disponível em <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD05MAR1991.pdf#page=38>>. Acesso em: 18 de abril de 2014.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

VAITSMAN, J. **Saúde Cultural e Necessidade. In: Saúde Coletiva? Questionando a Onipotência do Social** (S. Fleury, org.), P. 157-174. Rio de Janeiro: Rel.Dumara, 1992.

VALE, Ana Maria Borges do. **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SAÚDE: estudo qualitativo sobre a experiência das famílias beneficiadas**. Fortaleza- CE. Dissertação apresentada ao Programa e Mestrado Acadêmico em Saúde Pública da Universidade Estadual do Ceará UECE. Pró-Reitoria de Pós-graduação, UECE – 2009.

VASCONCELOS, Maria Gorete Lucena de, et al. **Avaliação de um ambiente digital de aprendizagem pelo usuário**. São Paulo: Acta Paul Enferm – UNIFESP, 2013. P. 36-41. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v26n1/07.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2014.